

[illegible]

Cidade partida por um pedágio no meio do caminho

Moradores da Estrada do Sertão, em Magé, na Baixada Fluminense, vão à Justiça para garantir direito de transitar dentro do próprio município sem ter que pagar R\$ 18,60 por trecho em nova praça de cobrança instalada na BR-116

THAYSSA RIOS*

A mudança na localização de uma praça de pedágio na rodovia BR-116 (Rio-Teresópolis) trouxe transtorno e prejuízo aos moradores da Estrada do Sertão, no bairro Vila Citrolândia, em Magé, na Baixada Fluminense. Eles reclamam que, desde outubro, para se deslocar dentro do próprio município são obrigados a pagar uma tarifa de R\$ 18,60 no pedágio Jororé, na altura do Parque Dom Pedro II, operado pela EcoRio Minas, concessionária da via. O caminho de ida e volta ao Centro, por exemplo, custa R\$ 37,20.

O pedagogo da discórdia. Moradores de

O impacto na vida dos moradores pode ser medido pelo caso de Leidiane Clara dos Santos Barbosa, de 35 anos, nascida e criada no

Na manhã de ontem, Leidi-
ane foi ao único posto de saú-
de do bairro e foi informada
que a pediatra passaria a
atender só uma vez por sema-
na devido, segundo ela, ao
novo custo do deslocamento.
Os moradores também se
queixam que, agora, devido a
acessos fechados em função
da nova praça de pedágio,

— São R\$ 37,20 por dia, eu não vou ter dinheiro para conseguir fazer o tratamento do meu filho

Leidiane dos Santos Barbosa,
moradora da Estrada
do Sertão, em Magé

precisam percorrer 10km a mais, até o município vizinho de Guapimirim, para retornar ao bairro.

Além da dificuldade de acesso à saúde pública, seja para as consultas de rotina ou para os atendimentos emergenciais, a coleta de lixo, por exemplo, também foi prejudicada.

—Nesses três meses já teve semana que o caminhão de

lixo não passou, então ficamos 10 dias sem coleta. Eles não pagam a tarifa do pedágio, mas o retorno é tão distante que os próprios lixeiros já nos falaram que fica ruim de vir aqui — disse Leidiane.

O QUE DIZ A CONCESSIONÁRIA
Em nota, a EcoRio/Minas alega que "os usuários que residem no entorno da praça são contemplados pelo benefício do Desconto do Usuário Frequentador (DUF) com uma redução adicional e progressiva". O abatimento, diz a empresa, começa com 5%, o que reduz para R\$ 17,67 o valor cobrado. A tarifa mínima pode chegar a R\$ 2,09 a partir da 30ª passagem no mesmo mês. Para ter acesso ao DUF é preciso instalar um chip no veículo e passar na pista de cobrança automática.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou que "o contrato de concessão prevê isenções no pagamento da taxa de pedágio em todas as praças, incluindo a de Magé (...) apenas para motocicletas, motonetas, bicicletas motorizadas, ambulâncias, veículos oficiais e do corpo diplomático".

Elite das polícias passará a usar câmara na farda a partir do dia 8

Depois do réveillon, tecnologia de reconhecimento facial chegará ao carnaval

VERA ARAÚJO E GERALDO RIBEIRO

Em decreto publicado ontem, o governo do Rio determinou que agentes das tropas de elite das polícias Civil e Militar — Bore, Batalhão de Choque e Copel — possam a usar câmeras nas fardas, atendendo a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). O uso do equipamento será detalhado em resolução elaborada pelas secretarias das duas forças.

— Cumprimos a determinação do STF. Já estava no nosso cronograma a data para o Bore fazer uso de câmeras e agora o Copel também vai usar. No próximo dia 8, disse o secretário de Estado da Polícia Militar, coronel Luiz Henrique Marinho Pires, antes de assegurar que a notícia não tem



Ação filmada. Choque, Bope e Core adotarão câmeras na próxima semana

relação com episódio ocorrido no último dia 27:

acompanhando a Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) nas investigações.

CÂMERAS NO CARNAVAL
O monitoramento com reconhecimento facial utilizado no réveillon, e considerado um sucesso pelas au-

toridades, vai ser implantado no entorno do Sambódromo durante o carnaval. A intenção da PM é estender seu uso também a locais onde haverá desfiles de blocos, como a Avenida Presidente Antônio Carlos, no Centro. O anúncio foi feito na manhã de ontem, em coletiva para divulgação do balanço do esquema de segurança na virada de ano no Rio.

O videomonitoramento por câmeras de identificação facial, já implantado em Copacabana, Arpoador e Barra da Tijuca, será levado para toda a orla, do Leme à Guaratiba. A previsão é de que isso aconteça até o final do pri-

—O software está disponível. Existe um cronograma e ele vai ser cumprido — declarou o secretário de Seguran-

Ontem à tarde, a tecnologia levou à prisão, no Leme, um segundo foragido: o argentino Silvio Gabriel Juárez. Na véspera, Fabio Bannemer, que é acusado de tentativa de homicídio, havia sido identificado e detido na festa da virada.

IPTU 2024: Paes veta revisão de 900 mil isenções

Vereadores podem derrubar decisão do prefeito, mas mudanças na regra só passariam a valer em 2025

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES

O prefeito Eduardo Paes vetou, ontem, a revisão dos critérios para a concessão da isenção de IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo de 928,4 mil imóveis da cidade. A medida estava em um artigo do projeto de lei, aprovado em novembro pela Câmara Municipal, que concedeu benefícios fiscais para incentivar construções ao longo da Avenida Brasil.

O artigo altera dispositivo da atual lei do IPTU (2017), que a cada ano corrigia pela inflação o valor venal (base de cálculo do imposto) apenas dos imóveis que tinham direito ao benefício. Desde então, o total de isentos aumentou em 76.777 contribuintes — a maioria em

bairros da zonas Norte e Oeste. A decisão de ontem busca voltar a fazer valer os limites fixados em 2017 para a concessão das licenças.

No caso de imóveis residenciais, o valor para a isenção, hoje de R\$ 74.741, fica congelado, não sofrendo atualizações anuais, esclareceu a secretária municipal de Fazenda. A medida provisória: vigora enquanto a prefeitura não estabeleça um novo indicador para definir isenções.

Para vetar o artigo, Paes entendeu que o texto viola a independência do Executivo, e a lei Orgânica do município. O veto ainda será discutido pelos vereadores que podem derrubá-lo. Caso isso aconteça, a regra só poderia valer para o exercício de 2025.